



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 10882.904384/2012-59  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **1401-004.298 – 1ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**  
**Sessão de** 11 de março de 2020  
**Recorrente** NATURA COSMETICOS S/A  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Ano-calendário: 2010

DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. INOVAÇÃO. INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIA. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA.

Não incorre em inovação a decisão de primeira instância que aponta razões de decidir calcadas nas alegação lançadas originariamente em sede de manifestação de inconformidade.

O indeferimento de diligências consideradas desnecessárias pela autoridade julgadora, desde que fundamentado, não configura cerceamento do direito de defesa.

Por essas razões, na espécie, não vislumbro a configuração de hipótese de nulidade da decisão de primeira instância.

ELEMENTOS PROBATÓRIOS TRAZIDOS ORIGINALMENTE EM SEDE DE RECURSO VOLUNTÁRIO. DIÁLOGO COM A DECISÃO DE PISO. EXCEÇÃO À REGRA GERAL DE PRECLUSÃO. CONHECIMENTO.

Devem ser conhecidos pela autoridade julgadora de segunda instância os elementos probatórios trazidos aos autos originalmente em sede de recurso voluntário em diálogo com as razões supervenientes trazidas pela decisão de piso, em atenção ao disposto no artigo 16, § 4º, “c”, do Decreto nº 70.235/72.

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)**

Ano-calendário: 2010

PER/DCOMP. LIQUIDEZ E CERTEZA DO CRÉDITO PLEITEADO. COMPROVAÇÃO

Incumbe à contribuinte comprovar a liquidez e certeza do crédito pleiteado por meio de PER/DComp. Na espécie, a contribuinte não logrou comprovar a parcela do débito sujeita à suspensão da exigibilidade e, desta forma, não logrou comprovar o valor pago a maior ou indevidamente.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, afastar a preliminar de nulidade da decisão de piso, indeferir o pedido de diligência e, no mérito, negar provimento ao recurso voluntário. O julgamento deste processo seguiu a sistemática dos recursos repetitivos, aplicando-se o decidido no julgamento do processo 10882.904347/2012-41, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado.

(documento assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Cláudio de Andrade Camerano, Daniel Ribeiro Silva, Carlos André Soares Nogueira, Luciana Yoshihara Arcangelo Zanin, Nelso Kichel, Letícia Domingues Costa Braga, Eduardo Morgado Rodrigues e Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente).

## **Relatório**

O presente julgamento submete-se à sistemática dos recursos repetitivos, prevista no art. 47, §§ 1º e 2º, Anexo II, do Regulamento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF n.º 343, de 9 de junho de 2015, e, dessa forma, adoto neste relatório excertos do relatado no Acórdão n.º 1401-004.297, de 11 de março de 2020, que lhe serve de paradigma.

Tratam os presentes autos do pedido de restituição/ressarcimento (PER) por meio do qual a contribuinte formalizou um crédito decorrente de pagamento indevido ou a maior de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (código de receita 6012) do período e valores que constam dos autos.

O crédito foi parcialmente utilizado na Declaração de Compensação para compensar com débitos de responsabilidade da contribuinte.

A autoridade administrativa, em seu Despacho Decisório indeferiu integralmente o crédito pleiteado e não homologou as compensações declaradas. O fundamento da decisão denegatória foi a utilização do pagamento para satisfazer débito de CSLL declarada em DCTF. Reproduzo parte do despacho decisório:

A contribuinte insurgiu-se contra a decisão da autoridade administrativa por meio de manifestação de inconformidade, em que deduz suas alegações de defesa.

A manifestação de inconformidade foi julgada improcedente. O acórdão da DRJ recebeu a seguinte ementa:

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

[...]

NULIDADE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INCORRÊNCIA. ARGÜIÇÃO REJEITADA.

Incabível a alegação de cerceamento de defesa se constam dos autos os elementos de prova necessários à solução do litígio, relatórios e documentos de análise, bem assim

consta, inclusive, que a contribuinte tomou ciência do Despacho Decisório e apresentou tempestivamente sua inconformidade.

**APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO. PROVA INSUFICIENTE PARA COMPROVAR EXISTÊNCIA DE CRÉDITO DECORRENTE DE PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR.**

Para se comprovar a existência de crédito decorrente de pagamento indevido ou a maior, é imprescindível que seja demonstrado na escrituração contábil-fiscal, baseada em documentos hábeis e idôneos, que o valor do débito é menor ou indevido, correspondente a cada período de apuração. A simples entrega de declaração, original ou retificadora, por si só, não tem o condão de comprovar a existência de pagamento indevido ou a maior.

**DIREITO CREDITÓRIO. ÔNUS DA PROVA.**

Incumbe ao sujeito passivo a demonstração, acompanhada das provas hábeis, da composição e a existência do crédito que alega possuir junto à Fazenda Nacional para que sejam aferidas sua liquidez e certeza pela autoridade administrativa.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Irresignada com a decisão de piso, a contribuinte interpôs recurso voluntário. Na peça recursal, aduziu as seguintes alegações:

(i) **Nulidade da decisão recorrida** por cerceamento do direito de defesa devido à utilização de novo critério jurídico e à ausência de intimação para apresentação de elementos probatórios para o esclarecimento do direito creditório. Reproduzo partes da peça recursal que tratam da matéria:

(ii) **Ausência de preclusão** para a apresentação de elementos probatórios em sede de recurso voluntário. Neste aspecto, argumentou:

(iii) **Comprovação do pagamento indevido.** Neste tópico, a contribuinte argumentou que apurou na DIPJ um saldo de CSLL a pagar e que na DCTF retificadora demonstrou que parte do débito teria a exigibilidade suspensa por força de decisão judicial. Que inicialmente, a contribuinte teria apurado um montante de CSLL a pagar. Este foi o débito declarado na DCTF original. Contudo, a recorrente teria efetuado uma reapuração em função da “Lei do Bem” e chegou aos valores mencionados em seu recurso, que foram objeto da DCTF retificadora.

Assim, a diferença entre o valor a pagar declarado na DCTF retificadora e o efetivamente pago corresponderia ao crédito ora sob exame, juntando o razão da conta contábil.

A recorrente pugnou, também, pelo reconhecimento do direito creditório em homenagem ao princípio da verdade material.

Por fim, a contribuinte pediu a reforma da decisão de piso e, caso necessário, a conversão do julgamento em diligência.

É o relatório.

Fl. 4 do Acórdão n.º 1401-004.298 - 1ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária  
Processo n.º 10882.904384/2012-59

## **Voto**

Conselheiro Luiz Augusto de Souza Gonçalves, Relator

### **Das razões recursais**

Como já destacado, o presente julgamento segue a sistemática dos recursos repetitivos, nos termos do art. 47, §§ 1º e 2º, Anexo II, do RICARF, desta forma reproduzo o voto consignado no Acórdão n.º **1401-004.297**, de 11 de março de 2020, paradigma desta decisão.

O recurso voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade. Dele, portanto, tomo conhecimento.

### **Nulidade da decisão de primeira instância.**

Conforme visto, a recorrente pugnou pela nulidade da decisão de piso em razão de cerceamento do direito de defesa com fulcro em dois pontos, a saber: (i) a utilização de critério jurídico novo e distinto do utilizado pela fiscalização para indeferir o pleito creditório; e (ii) pela ausência de intimação da recorrente para apresentação dos elementos de prova necessários para a comprovação do crédito pleiteado.

Penso que a tese da contribuinte não deve prosperar.

É cediço que os despachos decisórios eletrônicos são frutos de procedimentos céleres. No caso em concreto, a fiscalização simplesmente cotejou o DARF que seria a origem do crédito pleiteado com a DCTF e constatou que o montante havia sido integralmente utilizado para pagar um débito constituído pela própria contribuinte.

Diante da situação fático-jurídica apresentada à fiscalização, esta concluiu que não havia saldo a restituir. Nesse contexto, a fiscalização avaliou que não havia nenhuma necessidade de intimar a contribuinte a apresentar elementos comprobatórios. O débito estava regularmente constituído e pago espontaneamente pela própria contribuinte.

Somente em sede de manifestação de inconformidade a contribuinte informou haver feito a sua apuração da CSLL a pagar no 3º trimestre em função da “Lei do Bem” e que havia se equivocado na constituição do débito na DCTF original.

Esta matéria, portanto, não havia sido submetida à apreciação da fiscalização e foi tratada originalmente pelo julgador de primeira instância.

Ora a DRJ ao examinar as razões apresentadas pela impugnante, chegou à mesma conclusão que é corrente neste Conselho Administrativo: **a**

**retificação do débito declarado em DCTF, para que dê azo ao surgimento de crédito a repetir em favor da parte, deve estar suportada por documentos hábeis e idôneos, como a escrita comercial e fiscal.** Neste sentido, trago à colação os seguintes julgados do CARF:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Ano - calendário: 2004

ERRO DE FATO NO PREENCHIMENTO DA DCTF. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

É permitida a retificação da DCTF mesmo após Despacho Decisório, **desde que esteja acompanhada por documentos hábeis e idôneos para comprovar o erro de fato no preenchimento da declaração original.** (Acórdão CARF n.º 1003-000.945, de 10/09/2019) – grifei.

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Data do fato gerador: 31/12/1999

COMPENSAÇÃO: ERRO EM DCTF. FALTA DE COMPROVAÇÃO.

**O reconhecimento de suposto direito creditório integralmente vinculado a pagamento de débito em DCTF depende de prova contábil, cujo ônus é do contribuinte.** (Acórdão CARF n.º 1801-001.299, de 06/12/2012)

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE IRRF

Ano-calendário: 1997

DÉBITOS EM DCTF. ERRO DE FATO. COMPROVAÇÃO.

**Para comprovar o erro de fato no preenchimento de débitos em DCTF, é necessária a apresentação de documentação fiscal e contábil hábil e idônea para demonstrar o montante das despesas incorridas,** composição dos fatos geradores e cálculo do imposto devido, bem como a identificação/anexação de comprovantes de pagamento dos rendimentos/remunerações pagos aos beneficiários nos períodos de apuração em discussão.

Recurso Voluntário Negado (Acórdão CARF n.º 1302-003.577, de 15/05/2019)

Quanto à exigência de diligência para que a impugnante fosse intimada a apresentar os elementos probatórios necessários, tenho que a tese também não deve prosperar.

À partida, é preciso lembrar que, de acordo com artigo 16 do Decreto n.º 70.235/72, a contribuinte devia apresentar na impugnação "*os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir*".

No mesmo sentido, o artigo 373, I, do Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente ao processo administrativo fiscal, determina que incumbe ao autor o ônus da prova quanto ao fato constitutivo de seu direito.

É descabido, portanto, a contribuinte possuir os elementos de prova necessários para dar suporte ao pleito creditório e ficar no aguardo de eventual diligência para apresentá-los.

Ademais, as diligências para produção de provas têm como destinatário o julgador e podem ser dispensadas quando este considerar que sejam desnecessárias. É a inteligência do artigo 18 do Decreto nº 70.235/72:

Art. 18. A autoridade julgadora de primeira instância determinará, de ofício ou a requerimento do impugnante, a realização de diligências ou perícias, **quando entendê-las necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis**, observando o disposto no art. 28, in fine. (Redação dada pela Lei nº 8.748, de 1993)

[...] (grifei)

Assim, as diligências não servem para simplesmente suprir a inércia ou a deficiência probatória – seja da Fazenda, seja do contribuinte. Da mesma forma que o ato administrativo deve ser instruído com as provas da ocorrência do fato jurídico tributário, a impugnação deve ser acompanhada dos respectivos elementos probatórios.

Portanto, o indeferimento de diligências ou perícias consideradas prescindíveis pela autoridade julgadora não configura ofensa aos princípios da verdade material ou do devido processo legal ou cerceamento do direito de defesa.

Penso que a questão aqui é a irresignação com a questão de mérito, que será tratada a frente.

Portanto, neste ponto, não vislumbro cerceamento do direito de defesa da contribuinte e voto por negar provimento à preliminar de nulidade da decisão de piso.

### **Conhecimento dos elementos probatórios juntados em sede de recurso voluntário.**

Em sintonia com a fundamentação anterior, tenho que a razão posta pela autoridade julgadora de piso, qual seja, a ausência de elementos probatórios que conferissem liquidez e certeza ao crédito tributário, dá azo à apresentação de novos elementos probatórios em sede recursal.

Neste aspecto, o recurso voluntário cumpre a dialeticidade do contraditório e está albergado pela exceção à regra geral de preclusão do artigo 16, § 4º, “c”, do Decreto nº 70.235/72, *verbis*:

Art. 16. A impugnação mencionará:

I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - a qualificação do impugnante;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e **provas que possuir**;

[...]

§ 4º **A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que:**

- a) fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior;
- b) refira-se a fato ou a direito superveniente;
- c) **destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.**

[...] – grifei.

Destarte, tomo conhecimento dos documentos trazidos aos autos em sede recursal.

### **Comprovação do pagamento indevido.**

Conforme relatado, a contribuinte havia apurado, inicialmente, um débito de CSLL a pagar no 3º trimestre de 2010 no montante de R\$ 21.089.771,44. Este foi o valor declarado na DCTF original e efetivamente pago.

Após a entrega do PER/DComp, mas antes do despacho decisório, a recorrente retificou a DCTF e apurou os seguintes valores:

<b>Débito Apurado</b>	<b>R\$ 22.148.058,56</b>
Pagamento	R\$ 20.869.236,45
Suspensão	R\$ 1.278.822,11
<b>Saldo a pagar do Débito</b>	<b>R\$ 0,00</b>

A diferença entre o valor efetivamente pago (R\$ 21.089.771,44) e o valor de CSLL a pagar que consta da DCTF retificadora (R\$ 20.869.236,45) corresponderia ao crédito pleiteado de R\$ 220.534,99.

**Portanto, para que o crédito pleiteado goze de liquidez e certeza, é preciso que a recorrente traga aos autos elementos probatórios suficientes para comprovar o débito apurado (R\$ 22.148.058,56) e o montante com exigibilidade suspensa (R\$ 1.278.822,11), pois o débito de CSLL a pagar declarado na DCTF retificadora corresponde à diferença entre estes dois fatores.**

Compulsando os autos, vejo que a recorrente logrou apresentar não apenas a DIPJ, mas o Livro de Apuração da Contribuição Social (LACS) que corroboram o montante de CSLL devido de R\$ 22.148.058,56. Reproduzo parte dos documentos:

CNPJ 71.673.990/0001-77

DIPJ 2011 Ano-calendário 2010 Pag. 42

**Ficha 17 - Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**

Discriminação	3º Trimestre
58.(-)Dispêndios em Pesq. Cient. e Tecnológica e de Inovação Tecnológica-ICT	0,00
59.(-)Depreciação Integral (Lei n° 11.196/2005, art. 17, III)	0,00
60.(-)Outras Exclusões	39.552.814,06
61.SOMA DAS EXCLUSÕES	92.177.733,63
62.BASE DE CÁLC. ANTES DA COMP. BC NEG. DO PRÓPRIO PER. APUR.	246.089.539,47
63.(-)Atividades em Geral	
64.(-)Atividade Rural	
65.BASE DE CÁLC. ANTES DA COMP. DE BC NEG. DE PER. ANTERIORES	246.089.539,47
66.(-)Base de Cál. Neg. da CSLL de Per. Ant.- Ativ. em Geral	0,00
67.(-)Base de Cál. Neg. da CSLL de Per. Ant. - Ativ. Rural	0,00
68.BASE DE CÁLCULO DA CSLL	246.089.539,47
69.Contribuição Social sobre o Lucro Líquido por Atividade	22.148.058,55
70.Adição de Créd. de CSLL s/ Depreciação Util. Anteriormente	0,00
71.TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	22.148.058,55
DEDUÇÕES	
72.(-)Recuperação de Crédito de CSLL (MP n° 1.807/1999, art. 8°)	0,00
73.(-)Créditos s/ Dep. de Bens do Ativo Imobilizado	0,00
74.(-)Isenção sobre o Lucro da Exploração Relativo ao Prouni	0,00
75.(-)Bônus de Adimplência Fiscal (Lei n° 10.637/2002, art. 38)	0,00
76.(-)Imp. Pago no Exter. s/Lucros, Rend. Ganhos de Capital	0,00
77.(-)CSLL Retida p/ Órgãos, Aut. e Fund. Fed. (Lei n° 9.430/1996)	0,00
78.(-)CSLL Ret. Fonte p/ Demais Ent. da Adm. Púb. Fed. (Lei n° 10.833/2003)	0,00
79.(-)CSLL Retida p/ Pes. Jur.de Dir.Priv. (Lei n° 10.833/2003)	0,00
80.(-)CSLL Retida p/ Órgãos, Aut. e Fund. dos Est.,D.F. e Mun.	0,00
81.(-)CSLL Mensal Paga por Estimativa	
82.(-)Parc. Formalizado de CSLL s/ a Base Cál. Estimada	
83.CSLL A PAGAR	22.148.058,55
84.CSLL A PAGAR DE SCP	0,00
85.CSLL SOBRE A DIFERENÇA ENTRE O CUSTO ORÇADO E O CUSTO EFETIVO	0,00
86.CSLL POSTERGADA DE PERÍODOS DE APURAÇÃO ANTERIORES	0,00

Natura Cosméticos S.A		Página: 13	
<b>Parte A - Registros dos Ajustes do Lucro Líquido do Exercício</b>			
Demonstração da Base de Cálculo da Contribuição Social			
CNPJ: 71.673.990/0001-77		Referente a Setembro de 2010	
Natureza dos Ajustes	Valor Conta	Valor Grupo	Valor Total
1. Lucro/Prejuízo Antes da Contribuição Social			274.113.755,72
2. (+) Adições			284.798.531,29
2.01 - Despesas Inadutíveis		1.460.148,66	
2.02 - Outras Exclusões		64.635,68	
2.03 - Doações Inadutíveis		1.518.750,52	
2.04 - Provisões Inadutíveis		252.195.051,91	
2.05 - Resultado da Equivalência Patrimonial		27.464.593,06	
2.06 - MP 449 - Regime Tributação Transitória RTT		2.095.351,46	
3. (-) Exclusões			312.822.747,55
3.01 - Outras Exclusões		39.617.449,74	
3.02 - Incentivos		12.830.730,44	
3.03 - Provisões Inadutíveis		226.932.185,93	
3.04 - Resultado da Equivalência Patrimonial		30.357.838,72	
3.05 - MP 449 - Regime Tributação Transitória RTT		3.084.542,72	
4. (=) Lucro/Prejuízo Antes das Compensações			246.089.539,46
5. (-) Compensações de Base Negativa			
5.01 - Base Negativa das Demais Atividades de Exercícios Anteriores			
6. (=) Base de Cálculo da C.S.			246.089.539,46
Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração da Contribuição Social. Itapeverica da Serra, 30 de setembro de 2010.			
Juliene Silva Prado CPF: 081.640.338-47 Representante Legal		Bruno R. Ifanger CPF: 909.871.168-00 - CRC: 1SP 251905/O-6/SP	

Entretanto, no que diz respeito ao montante de CSLL com exigibilidade suspensa, a recorrente não apresentou nenhum elemento probatório que demonstre a correção do valor declarado na DCTF retificadora (R\$ 1.278.822,11). Nesta matéria, a contribuinte, na manifestação de inconformidade, limitou-se a reproduzir peças do

processo judicial, como a petição inicial, a decisão que deferiu a liminar, a sentença, a apelação da PGFN e as contrarrazões da autora.

Vale destacar que a ação judicial é um mandado de segurança, por meio do qual a contribuinte visa tão-somente o reconhecimento do direito e não a homologação judicial de valores, restando intacto, portanto, o dever da administração tributária de revisar os valores acobertados pela decisão judicial.

Destaco trecho da petição inicial e da sentença que tratam especificamente da matéria:

- Da petição inicial:

**34.** Neste ponto, cumpre registrar que a **Impetrante não pretende obter a homologação judicial de quaisquer dos montantes constantes da referida planilha.**

**35.** Assim, e embora seja competência das autoridades administrativas a verificação da correção dos cálculos e procedimentos adotados, indica a **Impetrante** os valores estimados de recolhimentos indevidos a título de IRPJ e CSLL, realizados em razão do recebimento dos juros de mora pelo cumprimento das obrigações em atraso.

- Da sentença:

A averiguação da liquidez e certeza dos créditos e débitos compensáveis, por sua vez, é da competência da Administração Pública, que fiscalizará o encontro de contas efetuado pelo contribuinte, providenciando a cobrança de eventual saldo devedor.

[...]

A compensação poderá ser realizada com quaisquer tributos administrados pela Receita Federal, em conformidade com a legislação vigente à época de sua realização. Assevere-se que fica garantido à Receita Federal o direito de fiscalizar a regularidade da compensação a ser realizada pelo contribuinte.

Destarte, considerando que a contribuinte não apresentou elementos de prova que demonstrem um dos fatores que determinam o valor de CSLL a pagar, carece de liquidez e certeza o crédito pleiteado pela recorrente.

Assim, no mérito, voto por negar provimento ao recurso voluntário.

**Diligência.**

Em sintonia com as razões apresentadas anteriormente, considerando que a contribuinte já teve oportunidade de juntar os elementos de prova de que disponha para dar lastro fático ao crédito pleiteado (impugnação e recurso voluntário), tenho que seria desnecessária a conversão do presente julgamento em diligência.

Voto por indeferir o pedido de diligência.

**Conclusão.**

Baseado nas razões expostas, voto por afastar a preliminar de nulidade da decisão de piso, por indeferir o pedido de diligência e, no mérito, negar provimento ao recurso voluntário.

**Conclusão**

Importa registrar que nos autos em exame a situação fática e jurídica encontra correspondência com a verificada na decisão paradigma, de tal sorte que, as razões de decidir nela consignadas, são aqui adotadas.

Dessa forma, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º e 2º do art. 47 do anexo II do RICARF, reproduzo o decidido no acórdão paradigma, no sentido de afastar a preliminar de nulidade da decisão de piso, indeferir o pedido de diligência e, no mérito, negar provimento ao recurso voluntário

(documento assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves